



MILITARISMO E POLÍTICA NO BRASIL

Um breve resumo

Antonio Sabino da Silva Neto



Antonio Sabino da Silva Neto

Militarismo e política no Brasil:
Um breve resumo

Macapá
UNIFAP
2019

Copyright © 2019, Antonio Sabino da Silva neto

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitora de Planejamento: Msc. Luciana Santos Ayres da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof.ª Dr.ª Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.ª Dr.ª Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. João Batista Gomes de Oliveira

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Antonio Sabino da Silva Neto

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Antonio Sabino da Silva Neto, Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (C IP)

S5861m Silva Neto, Antonio Sabino
Militarismo e política no Brasil: um breve resumo /
Antonio Sabino da Silva Neto – Macapá : UNIFAP , 2019.
64 p.

ISBN: 978-85-5476-066-3

1. Militarismo. 2. Política. 3. Período Militar. I. Antonio
Sabino da Silva Neto . II. Fundação Universidade Federal
do Amapá. III. Título.

CDD: 320

Diagramação: Fernando Castro Amoras



Editora da Universidade Federal do Amapá

www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão do autor.
É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte.
As imagens, ilustrações, opiniões, idéias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade do autor.

Sumário

Introdução	5
1 A política do militarismo	7
2 Das origens até 1930	11
3 Os “anos Vargas”	29
4 A Ditadura Militar	39
5 A Nova República	43
6 Paralisações da Polícia Militar após a redemocratização	49
7 O ciclo de protestos de 1997	51
8 A paralisação de 2011	53
9 Apontamentos finais sobre Inter- venções, Militarismo e Política	59
Referências	61

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar historicamente como se desenvolveu o enlace entre os militares e a política brasileira a partir de suas intervenções e percepções já problematizadas na literatura produzida sobre a temática. Deste modo, procuro entender as dicotomias nos discursos desta organização, apresentada por alguns de seus membros como um “organismo moderador” da política nacional, sendo acionada somente em casos de necessidade para a manutenção da legalidade.

Como é possível constatar, os militares participaram e participam ativamente das lutas políticas no país, constituindo a sua inserção dos mais variados modos, desde intervenções armadas à ocupação de cargos considerados de prestígio nos centros do poder, tendo estes o caráter eletivo ou por indicação de confiança.

Assim, apresentarei aqui um rápido apanhado histórico das disputas e das reclamações dos militares para com os civis no Brasil. Juntamente a isso, aprofundando este debate no final deste livro, também proponho observar algumas das imbricações destas demandas históricas dos militares no estado do Ceará.

1

A política do militarismo

Com a promulgação da constituição de 1967, foi garantido a alguns militares¹ a possibilidade de alistamento eleitoral, proporcionando a esses a chance de votar e de se candidatar a cargos eletivos. Com o advento da redemocratização brasileira realizada no ano de 1985, que possibilitou a constituição da Nova República datada de 1988, foi caracterizado um novo panorama sobre os direitos políticos desta profissão.

Diferente do que muitos pensam, aos militares estendeu-se a possibilidade de candidaturas a cargos eletivos a praticamente todos os postos e patentes² das Forças Armadas e Forças Auxiliares. Contudo, algumas barreiras foram criadas para tornar a participação desta categoria menos fre-

¹ Segundo a Constituição de 1967, em seu art. 147, parágrafo 2º “Os militares são alistáveis, desde que oficiais, guardas-marinhas, subtenentes, suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais”. Esta designação exclui a maioria dos praças.

² Excetuando-se aqueles militares que se encontram de acordo com o artigo 14, parágrafo 2º, em serviço militar obrigatório.

quente. Eis alguns exemplos: se o militar estiver em serviço há menos de dez anos, ao candidatar-se, afasta-se de suas atividades sem a oportunidade de ingressar na reserva remunerada, perdendo o vínculo empregatício com a instituição. Já aqueles militares que possuem dez ou mais anos de serviços prestados, ingressam na reserva remunerada a partir da diplomação como eleito; caso não eleito, voltam após o período de campanha às suas funções³.

Somado a isso, a Constituição de 1988 indica a incompatibilidade da filiação de um militar da ativa a partidos políticos. Tais medidas foram adotadas para se diferenciar o universo permitido as práticas militares do outro universo relacionado às práticas políticas partidárias⁴, dando ao militar

³ Art. 53 do Código Militar da Polícia Militar do Ceará.

⁴ Funções políticas profissionais são debatidas a partir da utilização de partidos no jogo político, tendo como característica uma forma racional de organização para a obtenção de objetivos claros e determinados. Ou seja, ele se constitui a partir da associação de indivíduos que possuem um interesse individual, que por meio da instituição o transforma em interesse em coletivo. Esta estratégia se fundamenta na articulação de uma comunidade na busca pelo controle da dominação social, contudo ela não se restringe a um controle estritamente político. Assim, o partido tem o objetivo de conseguir poder, bens e honra para seus líderes e seguidores. (WEBER, 2012).

apenas a oportunidade de concorrer em uma eleição por meio de uma “filiação temporária”, iniciada após a confirmação dos candidatos numa convenção partidária, sendo esta cancelada logo após o fim do período eleitoral.

2

Das origens até 1930

É válido destacar que o processo de 'distinção' entre as funções militares e as funções políticas iniciou seu debate muito antes da promulgação da Constituição de 1967, confeccionada pelo Golpe de Estado promovido em 1964, que inaugurou um período de vinte e um anos de governos militares no Brasil. Desde que o Brasil foi colônia de Portugal, a influência militar se destacou como um dispositivo de proteção e segurança do território colonial, tendo surgido várias cidades a partir da construção de fortificações no litoral. Neste período os militares também atuavam como gestores ou governantes locais.

Isso acontecia porque à época em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, as altas patentes militares eram vinculadas aos títulos de nobreza, sendo os líderes dos exércitos pertencentes às famílias abastardas, detentoras dos poderes político, econômico e militar. Este modelo, em muitos casos, prejudicou a profissionalização das forças armadas; tendo os governos europeus, ainda no século XVIII, instituído novas exigências para o exercício da carreira militar.

A partir destas exigências, até mesmo os filhos das classes privilegiadas deveriam passar por um rigoroso treinamento para o cumprimento da função. Este movimento de profissionalização coadunou com a institucionalização de um novo modelo europeu de civilização, em que, como aponta Norbert Elias, as classes nobres passaram a criar modelos de segregação cada vez mais visíveis, instituindo-se um processo de mutabilidade de determinados *status* de classe na sociedade, constituídos por dispositivos de distinção entre os nobres e as demais camadas sociais na formação do processo civilizador, as quais acabaram relegando parte de suas atividades militares (1994).

É possível analisar o referido processo de mudança de *habitus* profissional da elite a partir da inserção de novos costumes considerados valiosos socialmente, em que o guerreiro passa a perder o seu prestígio social em detrimento de um novo 'lorde cavalheiro'.

Somado a isso, o Exército francês, que instituiu seu modelo em vários países europeus durante a expansão napoleônica, aderiu à criação de escolas de formação de oficiais, "o que tornou menos comum um nobre começar a carreira como coronel, enquanto as promoções por tempo de serviço deram ao oficial não privilegiado uma oportunidade de subir na profissão" (SCHULZ, 1994).

Este processo, aos poucos, abriu possibilidades para um novo público na ocupação das funções militares. Deste modo, quando pensamos o período imperial brasileiro, é possível destacar que os militares consolidaram um novo perfil político e tecnocrático como uma nova elite, em oposição ao perfil bacharelesco, relacionado diretamente aos doutores em direito, filhos da elite local.

É certo que durante todo o Império o oficialato do Exército foi formado por membros de uma classe intermediária brasileira, destinando para as classes baixas os postos subalternos da corporação (2006). Somado a isso, a partir de 1850, o Exército brasileiro passou por uma transformação, inspirado especialmente nos modelos europeus, que assimilou ensinamentos tecnológicos através, especialmente, da engenharia e da matemática, destacando-se entre os novos cadetes aqueles já filhos de militares e membros da ‘baixa burguesia’.

Com o novo perfil de membros das forças militares, foi criado um movimento que fomentou queixas quanto à desequiparação dos salários e das demais condições da carreira militar em comparativo aos civis (SCHULZ, 1994). Estas ações alargaram o distanciamento entre estes dois grupos administrativos, tendo os militares apelidados os bacharéis em direito de “legistas”.

Deste modo, um dos principais debates entre civis e militares constituía-se no valor do soldo da

categoria – categoria, neste ponto, entenda-se os oficiais. Por meio do processo em que possibilitou às ‘classes menos favorecidas’ uma maior inserção entre o oficialato no universo militar, o que ocasionou a perda de prestígio político desta categoria para os bacharéis em direito, formados principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Recife; como também, graças aos baixos investimentos do Governo Imperial, as Forças Armadas não conseguiram manter um número elevado de militares na instituição. Como aponta John Schulz (1994) sobre a situação do Exército no século XIX:

O debate anual sobre a lei de fixação das forças provocava pouco entusiasmo e geralmente dele só participavam aqueles poucos militares ou ex-militares que haviam conseguido entrar para o parlamento. Entre 1850 e 1861, a força em tempo de paz do Exército variou aproximadamente de 16000 e 19500 homens, enquanto em tempo de guerra essas cifras flutuaram entre 21000 e 27000. O tamanho real do Exército sempre foi alguns de milhares de soldados abaixo do número oficial em virtude das numerosas deserções. Era difícil encontrar voluntários e a maioria das vagas era preenchida através do recrutamento forçado (...) Os salários baixos, as punições com açoite e as abomináveis condições de vida tornavam o Exército pouco atraente até mesmo para as classes mais pobres. (p. 36)

Somado a isso, durante o Império, a representação dentro do parlamento dos militares não era considerada por eles próprios como suficiente, sendo estes poucos representantes derrotados em disputas pelos parlamentares civis que viam os militares com desconfiança.

Outros conflitos engendraram-se a partir de oficiais superiores que se punham contra determinações de ministros e generais quanto a questões consideradas internas à instituição, mas que recebiam influência de outros membros do poder público que, para os militares, não deveriam se intrometer em assuntos da corporação.

As queixas versavam principalmente quanto aos riscos que alguns oficiais corriam de serem transferidos ou não promovidos em detrimento daqueles que se alinhavam as ordens superiores. Ainda ressalta Schulz (1994) que as “Promoções injustas e deportações políticas de oficiais não eram criações dos ministros da década de 80 [1880]; desde a época de *O Militar* [década de 1850] os oficiais se queixavam desses problemas”. (p. 97). Outra relação de conflito estava também relacionada às condições de sujeição e desrespeito do oficialato para com militares de menor posto ou patente – como veremos mais adiante, problemáticas que até hoje fomentam intensos debates e conflitos entre praças, oficialato, governos estaduais e o Governo Federal.

Neste sentido, a tentativa de afastamento dos militares do centro do poder pela elite civil se deu de modo “agressivo”, segundo Coelho (1974), por conta de alguns fatores. Primeiro é possível apontar que muitos brasileiros lembravam-se da “experiência com tropas coloniais portuguesas [o que] inspirou a população uma ‘natural’ repulsa pelo elemento militar” (p. 34). Outro fator está na crítica feita aos militares de quererem empregar seu “modelo de gestão” profissional, com leis duras e um modo de vida regrado de acordo com as normas de superiores a todo o país. Porém, a questão fundante que promovia o conflito entre os legisladores – no caso os bacharéis em direito – e os militares era a lealdade destes últimos ao Império. Deste modo, os ‘legistas’ defendiam desorganizar o sistema militar, tendo como meta;

desarmar o poder central, nitidamente projetado na figura do Imperador, permanentemente disposto a utilizar o Exército para conter os movimentos de autonomia regional ou reprimir violentamente as tentativas de subversão do regime (COELHO, 1974, p. 39).

Assim, na primeira constituição datada de 1823, os legisladores pretendiam diminuir o poder do Imperador como principal agente executivo e passar esta prerrogativa aos membros do parlamento. Neste ponto, o Exército era a força que se

encontrava como empecilho para este projeto, sendo a instituição a principal segurança do poder imperial. Aponta Coelho (1974) que esta lealdade do Exército para com o poder central se deu por a maioria dos oficiais não serem brasileiros natos, dedicando à casa portuguesa de Bragança sua fidelidade. Assim, ser fiel aos Bragança era também ser fiel a Portugal.

Neste sentido a criação da Guarda Nacional surge como importante ferramenta do grupo liberal para o enfrentamento político e militar do Império. Com o desmantelamento do Exército, esta outra força, comandada por um civil – o ministro da justiça – defenderia muito melhor os interesses dos políticos de cada estado, já que estava organizada regionalmente, tendo estas forças suficientes para intervir em suas ações. Soma-se a este ponto a queda do número de militares, tendo em vista que os liberais caracterizavam o Exército como instituição de segunda categoria, em detrimento da Guarda Nacional, que recebia mais recursos e que seus soldados atuavam próximos de seus locais de origem.

Segundo os autores, a situação de ‘desvalorização’ das Forças Armadas mudou por um breve espaço de tempo por ocasião da guerra do Paraguai. Neste período, os escassos recursos que eram destinados ao Exército chegaram ao montante de 50% de todo o orçamento do Governo Imperial.

Contudo, logo após o período de guerra e a morte do Duque de Caxias em 1880, os referidos valores foram reduzidos drasticamente a apenas 8% do orçamento geral. Entre os militares ressurgiu com maior intensidade as reclamações quanto a suas condições de manter a Instituição, apontando com humilhantes o modo como o Governo Imperial tratava os membros do Exército.

Neste ínterim, o apoio irrestrito das Forças Armadas ao Imperador passou a ser questionado, o que não acontecia em grande escala enquanto Caxias comandava a instituição. Como aponta Coelho (1974), à liderança de Caxias foi além do exercício dos postos de alto comando militar, alcançando também a condição de líder carismático, como apontaria Weber, apresentado como o ‘soldado modelo’ para as novas gerações⁵.

Com a morte do principal líder do Exército, também se criou uma vacância do papel de figura exponencial que Caxias era considerado. Destarte,

⁵ Celso Castro (2002) também debate a importância do Duque de Caxias na consolidação de uma “unidade” do Exército. Desta vez como figura construída no imaginário social dos militares, exaltando-se o perfil militar de um grande soldado em detrimento das intervenções políticas que os militares realizaram na República Velha. Deste modo, Caxias é hoje considerado o patrono do Exército brasileiro. Esta questão é retomada mais a frente.

abriu-se a possibilidade de ascensão de novos líderes entre as fileiras da instituição. Isto propiciou que o Exército também fosse palco de debates ideológicos, o que proporcionou a consolidação de grupos diversificados entre seus membros preocupados com questões políticas. Os referidos grupos tiveram sua origem na camada civil da sociedade; porém influenciaram vários membros das Forças Armadas, principalmente os alunos da Escola Militar e os jovens oficiais. As três principais correntes foram: o positivismo, o abolicionismo e o republicanismo.

Entre os positivistas, a principal liderança era o professor da escola de oficiais Benjamin Constant, que gozava de prestígio entre os alunos da própria escola como também entre os jovens oficiais. Contudo, Constant não possuía inserção como líder carismático entre os militares mais antigos, principalmente aqueles pertencentes ao alto comando das Forças Armadas. Vendo como problemática a ascensão de Constant, o Governo buscou transferir para o Marechal Deodoro da Fonseca tal incumbência, apelando para a hierarquia e para a antiguidade, que são duas formas de distinção importantíssimas até hoje para o militarismo, com o objetivo de consolidar entre os militares uma nova liderança que fosse fiel ao Império.

Porém, os dois militares citados e os seus seguidores, por questões distintas, constituíram-se

como grupos que continuaram a criticar, cada um a sua maneira, o modo como os civis atendiam às demandas do Exército. É verdade que Deodoro foi formado pelo e nutria demasiado respeito ao Governo Imperial, mas não se absteve de criticar o “desrespeito para com os militares”, que em seu ponto de vista lutaram pelo país na Guerra do Paraguai e que protegiam a legalidade. Já os jovens oficiais atribuíam outras críticas ao Império, alicerçadas no impedimento ao direito de expressão, especialmente baseados na doutrina do soldado-cidadão⁶.

Sem dúvidas, este modo diferenciado de ver o papel do militar na sociedade seria uma das principais questões que dificultou as relações entre Deodoro e Constant logo após a instauração do regime republicano. Deste modo, caso não existis-

⁶ A ‘ideologia’ do soldado-cidadão foi fomentada pelo grupo de Benjamin Constant visando à conscientização social da importância do soldado como um cidadão que merecia viver a vida pública e política do país como qualquer outro. Em certa medida, é possível dizer que os militares mais velhos também se apropriaram deste discurso para realizar um contraponto à elite civil, mostrando que a importância da instituição era demasiada para a sociedade brasileira. Já os jovens oficiais propunham que para além do papel que o Exército propicia na sociedade, ele também é a força que deveria constituir um novo mecanismo de modificação do sistema político vigente. (CARVALHO, 2006).

se uma pressão exercida pelas bases do oficialato, Deodoro possivelmente não abandonaria a defesa do sistema monárquico pelo republicano, muito menos aceitaria a sua presidência. É possível dizer que, como bom soldado, o que o Marechal fez foi aceitar mais uma incumbência para o 'bem' e para a manutenção do Exército. Assim, é possível afirmar que:

a interpretação destes atos oficiais pelos militares da época teria sido exatamente idêntica à reinterpretção deles recentemente publicada por outro militar: a república teria sido o artifício de que se serviu o Exército para não perecer (COELHO, 1974, p. 46)

Como visto, o campo militar se apresentou desde o império como local de intensos debates e posicionamentos; ora reformistas, ora defendendo a manutenção do *status quo*. Na complexificação histórica deste processo, o período conhecido como Primeira República, compreendido entre 1889 e 1930, teve uma participação preponderante dos militares. Primeiro porque foram eles quem garantiram a derrocada do Império, assumindo o comando do Brasil em 1889 e nos três anos subsequentes; também porque foram os militares que em 1930, depois de mais de 30 anos de governos civis, retomaram o poder.

Deste modo, este momento da história brasi-

leira esteve delimitado por dois movimentos interventores das forças armadas. Todavia, esses não foram os únicos. É possível destacar pelo menos quinze intervenções militares realizadas pelo Exército e pela Marinha que se configuraram como momentos históricos relevantes para a compreensão das relações entre política e militarismo⁷. Neste período, a maior parte das insurgências foi organizada por oficiais subalternos, tendo os oficiais superiores surgidos algumas vezes no cenário político para tentar consolidar ou reificar os laços de unidade nas Forças Armadas⁸.

A institucionalização de um novo regime no país, ao ter como o presidente e o vice-presidente dois marechais, não propiciou, de imediato, uma unificação entre os grupos que já afloravam suas desavenças no final do império. Como citado, as divergências entre os oficiais superiores e os subalternos e intermediários, além dos próprios alunos da escola militar, constituíram-se como um dos principais entraves do novo governo republicano.

Corroborando com tal problemática, o trei-

⁷ Carvalho (2006), em *as Forças Armadas e Política no Brasil*, apresentou um rico panorama sobre os movimentos reivindicatórios das forças armadas brasileiras nos primeiros anos do século XX.

⁸ Com exceção do Manifesto dos Generais.

namento e o recrutamento dos oficiais foram considerados dois dos principais problemas entre as fileiras da instituição. Na República, o novo governo passou a ser comandado, em sua maioria, por militares “tarimbeiros”⁹. Para estes antigos oficiais, a Escola Militar produzia apenas “bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito”, o que propiciou a consolidação da “ideia do soldado cidadão”, que desde o final do império e o início “da república passou a integrar a ideologia das intervenções militares no Brasil” (CARVALHO, 2006 p. 25).

Deste modo, a participação dos militares na política é notada em várias manifestações e intervenções que ajudaram a construir um capital social suficientemente significativo consubstanciado nas práticas e nas agências desta categoria.

Entre as intervenções militares deste período

⁹ Tarimbeiros é a nomenclatura pejorativa utilizada pelos jovens oficiais para referirem-se aos oficiais mais velhos, que tinham como primordial o exercício do militarismo e da guerra como mote de unificação das forças armadas. Os tarimbeiros referiam-se à guerra do Paraguai, por exemplo, como uma grande vitória do Brasil. Já os “bacharéis fardados” referiam-se a esta mesma guerra como uma catastrófica ação do Exército que deveria ficar no passado, sendo as medalhas de guerra classificadas entre os alunos da Escola Militar como símbolo de cochichos depreciativos e chacotas.

é possível destacar o tenentismo, ou “revolta tenentista”, caracterizada por alguns setores militares como desestabilizadora da hierarquia da instituição. Contudo, o tenentismo não ocorreu em apenas um momento histórico, sendo possível identificar o primeiro movimento tenentista entre os anos de 1889 e 1904 e o segundo movimento tenentista entre os anos de 1922 e 1930.

É possível enquadrar o primeiro tenentismo como o movimento republicano de 1889, capitaneado ideologicamente pelos jovens oficiais. Como dito anteriormente, estes não possuíam número nem poder suficiente para conseguir a derrubada do Império caso houvesse uma disputa pelas armas. Assim, a participação de Deodoro na ascensão republicana foi fundamental, pois este conseguiu congrega a união daqueles oficiais superiores que possuíam dúvidas quanto ao engajamento no evento, construindo o discurso, como aponta Carvalho “para vingar as afrontas que ele [o Exército] recebia do governo” (CARVALHO, 2005 p. 45).

Durante os quatro anos de governos militares, as disputas entre Exército e Marinha, como também entre os oficiais superiores e subalternos (positivistas), pelo modo como os militares deveriam agir com o poder nas mãos, causou um descompasso na “unidade” defendida por Deodoro, que a essa época já havia falecido.

O círculo de protestos dos militares subalternos, que apregoava um caráter mais democrático nas relações militares só foi encerrado com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, comandada por Constant, no ano de 1904. Esta conjuntura conflituosa dentro da própria instituição militar, que era abalada pelas quebras de disciplina e hierarquia, proporcionou aos civis a retomada do poder, desta vez ocupando a Presidência da República.

Durante o período da República do Café com Leite, como era conhecida a alternância de membros da elite política de São Paulo e Minas Gerais no governo do país, o militar Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, assume por quatro anos a presidência do Brasil. Este período ficou conhecido como Hermismo. Como aponta Carvalho (2005)

O hermismo se deu num contexto já muito distinto do de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. A candidatura de Hermes enquadrava-se dentro do jogo da política dos estados, e só pôde surgir e vencer graças ao desacordo entre Minas e São Paulo e à divisão interna de Minas. [...] As ambiguidades do Hermismo indicavam que as elites políticas que controlavam o sistema republicano já tinham perdido parte da desconfiança do Exército e já o aceitavam como parceiro político, embora apenas como solução precária para impas-

ses. (CARVALHO, 2005 p. 50).

O que é necessário ressaltar é que esta maior confiança para com os militares se deu, em grande parte, por os alunos da Escola da Praia Vermelha não mais existirem desde 1904, sendo suas atividades transferidas para o Rio Grande do Sul. Esta decisão livrou a capital, em certa medida, das insurgências e deu-lhe uma maior estabilidade política na gestão pública. Somado a isso, segundo Coelho (1974),

Intensificou-se a profissionalização e modernização do Exército. Este processo não se deveu, evidentemente, a qualquer mudança na mentalidade das chefias civil e militar, mas a fatores de outra ordem. Em primeiro lugar, o conflito mundial e as inovações que resultou na arte da guerra despertaram um natural interesse na área militar. No Brasil, onde o exército prussiano fora considerado como o modelo a imitar, a ascendência francesa resultou em estímulo para o conhecimento das novas formas de organização e de estratégia militares. Em segundo lugar, a atividade dos 'jovens turcos' havia se imposto à consciência profissional dos militares. Em terceiro lugar, e por causa das regras do jogo político, e não a despeito delas, o Governo acolheu de bom grado a tese da relação entre profissionalização e de apolitismo militar. (COELHO, 1974 p. 83).

É razoável apontar que o Governo, além de acolher de bom grado esta “profissionalização” do Exército, também viu que esta seria a saída para exercer sobre a organização um poder eminentemente civil, forçando-a a obedecer às leis, mantendo-se a serviço dos políticos governantes.

Em certa medida é possível apontar que a “boa relação” entre militares e civis não produziu o efeito esperado. Isto porque os jovens oficiais continuaram a questionar vários dos procedimentos do governo federal. Estas questões foram especialmente formuladas, ganhando maior notoriedade, a partir de 1922, quando conflitos entre o presidente Artur Bernardes e o Exército afloraram.

Os oficiais mais velhos atuaram para amenizar a situação, contudo o movimento que exigia respeito aos militares que se constituiu em 1922, foi intensificado em 1924 e por fim em 1930, produzindo, segundo Carvalho (2006), uma nova “questão militar”. Como aponta Coelho, as principais querelas apresentadas pelos oficiais eram:

As condições materiais de vida, oportunidades de ascensão na hierarquia, gratificações de natureza profissional. Estes fatores foram conectados, em seguida, à presença de determinadas condições organizacionais: formação profissional deficiente, incompetência das chefias, falta de renovação do quadro de oficiais superiores. (COELHO, 1974, p. 84)

Porém, o número de envolvidos neste processo contestatório não foi elevado o suficiente para se consolidar como força para o enfrentamento dos republicanos. Assim, a principal estratégia destes militares foi aproveitar que as relações entre os estados encontravam-se problemáticas, postando-se ao lado do Rio Grande do Sul para intervir no cenário político nacional.

3

Os “anos Vargas”

Mesmo com a implementação de um novo modelo de governo, entre os anos de 1930 e de 1937, não deixaram de ocorrer várias revoltas entre as fileiras das Forças Armadas; e foi apenas com a consolidação do Estado Novo que se instituiu dentro do Exército um projeto hegemônico capitaneado por Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (CASTRO, 2002), que se pôde observar uma nova conjuntura na organização disciplinar entre os militares.

Com a revolução de 1930, foi novamente afirmada entre os quadros do Exército brasileiro a importância da unidade da instituição militar, ao buscar afastar a instituição de debates políticos presentes na sociedade. Como aponta Castro (2002), o objetivo foi “a criação de mentalidades homogêneas, de um novo estado psicológico no corpo de oficiais”, destituindo destes as ideologias e inserindo a disciplina militar, ao mesmo tempo em que “valorizava” os direitos de cada um. Este movimento foi engendrado não apenas no Brasil, mas muitos países europeus inspiraram este processo que repercutiu em um novo olhar sobre os

sentimentos e as demandas nacionais. Como aponta Elias (1997):

A maioria das nações-Estado soberanas e interdependentes que formam a figuração de equilíbrio de poder no século XX produzem um duplo código de normas cujas exigências são inerentemente contraditórias: um código moral proveniente dos setores em ascensão do *tiers état*, igualitário no caráter, e cujo valor supremo é o “homem” - indivíduo humano como tal; e um código nacionalista derivado do código maquiavélico dos príncipes e da aristocracia dominante, de caráter não-igualitário, e cujo valor supremo é uma coletividade - o Estado, o país, a nação a que um indivíduo pertence (ELIAS, 1997, p. 146).

Este projeto enfrentou resistências, tendo que desempenhar um forte processo simbólico, ao apresentar novas ressignificações sobre pessoas e fatos históricos presentes na trajetória da instituição militar. Deste modo, o Exército surgiu como uma “instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira” (CASTRO, 2002, p.13).

O papel almejado, segundo Castro (2002), era fomentar no seio das forças armadas uma desvinculação do papel político da instituição, ao promover sua unidade interna, que foi distanciada pela grande quantidade de movimentos existentes

entre os militares após a Proclamação da República.

Como resposta aos movimentos tenentistas na década de 1920, o Governo Federal consolidou a figura de Duque de Caxias como um dos principais símbolos do militarismo a ser seguido. Para Castro (2002), a ascensão de Caxias como ídolo maior do Exército se deu por esse personificar a institucionalização e profissionalização da corporação, afastando-se das disputas políticas internas, exercendo a função para a qual as Forças Armadas foram criadas: a unidade nacional. Com este mesmo discurso de unidade, que também se apregou a necessidade de se defender a consolidação dos princípios militares entre os soldados e os oficiais de baixa patente.

Neste espírito, o conteúdo das mensagens transmitidas pelos chefes militares em relação a Caxias e ao Dia do Soldado teria o objetivo de funcionar simbolicamente, no plano inteiro à instituição, como um 'antídoto' contra a indisciplina e a politização dos militares. (CASTRO, 2002, p.20)

Assim, a escolha do aniversário de nascimento do Duque de Caxias como a data para se comemorar o dia do Soldado concatenou com o objetivo da manutenção de um projeto militar hegemônico de conservação das estruturas hierárqui-

cas não só do Exército, mas também da sociedade brasileira, ao ter em vista que “o culto a Caxias” recebeu incentivos, como conferências pronunciadas e posteriormente publicadas, como também a publicação da biografia do “invicto soldado”.

Um dos principais investimentos do Exército se consolidou na reutilização da nomenclatura de cadetes e numa nova especificação do papel destes jovens entre os militares. Como já apresentado, outrora a Escola Militar era o centro de fervorosos embates intelectuais, por conta disso se objetivou que esta perdesse este posicionamento para constituir-se como o local propício da reprodução ideológica do Exército como principal organização na manutenção da ordem e da unidade nacional. Deste modo, o principal objetivo da reformulação da Escola de cadetes era:

Para além da preservação da ordem republicana, os grandes objetivos da Revolução eram ‘salvar a Nação’ e ‘manter a integridade da Pátria. A identificação do Exército com conceitos abstratos da pátria e nação unificava a instituição, afastando-a, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos presentes na sociedade. (CASTRO, 2002, p. 39).

Paralela à reformulação da Escola Militar, existiu também entre os bastidores do Exército uma revanche a um “inimigo” que desde 1917 se

apresentava cada vez mais forte, o comunismo. Nas fileiras do Exército, o principal representante desta corrente foi Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes do segundo tenentismo, que aderiu ao comunismo após 1930. Como aponta Castro (2002), os comunistas intensificaram sua participação política com revoltas militares no Nordeste e no Sudeste do Brasil, investida conhecida como Intentona Comunista. Por conta do contexto político, Getúlio Vargas promoveu uma forte retaliação aos militares que viram no comunismo uma chance de tomada do poder, alegando principalmente a quebra da hierarquia e da disciplina nas fileiras da corporação militar.

Relevante pensar que entre os dois lados da disputa houve interpretações diferentes sobre a real intenção do movimento. O lado vencedor, o governista, proporcionou uma investida ideológica contra o comunismo entre os jovens oficiais, reafirmando em cerimônias anuais a importância que o movimento anticomunismo desempenhou e deveria continuar desempenhando para o fortalecimento do nacionalismo brasileiro.

Neste período, a consolidação do Exército como instituição detentora de um capital político e a solidificação de sua imagem como algo necessário para a sociedade brasileira passou a ser cada vez mais difundida entre os membros das Forças Armadas, como também, e principalmente, para a

sociedade civil.

Este momento do Exército, segundo Coelho (1974), ficou conhecido como ‘fase de ativação’, na qual, após 1930, foi cada vez mais possível observar que a utilização de mecanismos e processos instituídos na conscientização da categoria, coadunando com que “a sociedade civil compelida a ajustar-se às demandas de um Exército cada vez mais consciente de suas possibilidades” (p. 129).

Os primeiros anos de Vargas no poder puseram questões dos militares em evidência. Segundo Carvalho (2006), entre 1930 e “1934, ano da constitucionalização do país, houve 51 incidentes envolvendo militares de todos os escalões, compreendendo agitações, protestos e revoltas” (p. 104). É válido ressaltar que as principais demandas foram envidadas por militares de baixa patente, que “passaram a exigir reformas em sua situação funcional e propor reformas radicais na própria sociedade” (p. 104).

O referido movimento de “politização” do papel do Exército na sociedade brasileira ganhou força nos anos subsequentes como uma instituição indispensável para o bom funcionamento da sociedade, ao passo que também eram desarticuladas dentro da instituição outros modelos ideológicos relacionados a outras vertentes de pensamento que possivelmente discordavam do modelo proposto pelo governo para se empregar as ativida-

des dos militares.

O auge deste processo de consolidação de um “perfil unificador” deu-se no Estado Novo, o qual seguiu as orientações militares sugeridas por Góes Monteiro ao Presidente Vargas. Nestas centravam-se o desenvolvimento nacional promovido pelo Estado de braços dados com as Forças Armadas, desmontando a política partidária e ao mesmo tempo a política no Exército, pela política do Exército. (CARVALHO, 2006).

Porém, os conflitos não deixaram de surgir. Muitos dos militares do alto corpo de oficiais que apoiaram Getúlio Vargas em seu golpe em 1930 deixaram o governo após este voltar suas atenções aos trabalhadores das grandes cidades. Como aponta Carloni (2012), para os militares, Vargas preferiu aderir a uma agenda populista, ao invés de manter o Brasil num caminho de ordem e desenvolvimento alicerçado em sólidos princípios nacionais. Este contexto provocou uma debandada de muitos oficiais para a oposição ao regime, propiciando instabilidades e a possibilidade de um golpe de estado.

Mas não é possível pensar as Forças Armadas simplesmente como uma instituição “golpista”. Já em 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart para, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do Brasil, houveram novas investidas políticas a partir dos militares.

Kubitscheck e Goulart representavam a continuidade de um projeto “nacionalista” capitaneado na década passada por Vargas, que havia morrido¹⁰ em 1954.

Esta eleição foi um momento seminal para se entender a exacerbação de conflitos nas fileiras do Exército brasileiro daquela época. De um lado, encontravam-se os militares, em sua maioria de alta patente, que apoiavam a tomada do poder por uma facção mais conservadora da sociedade civil; por outro lado existiam alguns militares dos baixos escalões das Forças Armadas, que apoiavam a manutenção da “legalidade”, defendendo a posse do presidente eleito, como também generais, a exemplo do ministro Lott, que viam na manutenção dos resultados eleitorais uma forma de manter a estabilidade brasileira.

¹⁰ Existe um intenso debate que problematiza se Vargas, ao causar a sua própria morte, teria adiado um golpe de estado em 1954 para 1964. Como aponta Ferreira (2012), a conjuntura política nacional, internacional, como também dentro do próprio Exército, apontam que estes dois movimentos não podem ser entendidos simplesmente como uma mesma conjuntura. É possível sim dizer que Vargas desequilibrou o golpe de estado de 1954, impedindo-o. Em 1964 o Exército como o Brasil já se encontravam com outras questões políticas “preocupantes”, como é o caso de uma maior investida sobre o comunismo, que Cuba havia aderido.

A partir desta situação, surgiu com demasiada força a possibilidade de um golpe orquestrado pelos grupos que se encontravam descontentes com o modelo governista desde Vargas. Neste sentido, a ação da “facção legalista” do Exército foi fundamental para a posse dos eleitos. Como aponta Carloni (2012), as motivações de tal atuação se deram por este grupo considerar que um golpe seria uma:

Ameaça à constituição e à democracia, já que, na interpretação de Lott e dos oficiais leais ao ministro, o Exército deveria obedecer ao poder constituído de acordo com a lei, não havendo exceções; a manutenção da hierarquia dentro do Exército; a ofensa à honra do Ministro da Guerra; e, por fim, a pressão interna realizada pelos outros grupos (CARLONI, 2012 p.165).

4

A Ditadura Militar

A ditadura militar marcou um novo processo nas relações entre civis e militares no Brasil. Se num primeiro momento os militares atuaram como atores participantes e decisivos na política nacional, agora esta categoria se cristalizou durante vinte e um anos como a principal detentora do poder político e institucional do país. Como aponta Dreifuss e Dulce (1983),

A partir de 1964 as Forças Armadas se tornaram um ator político reformulado, desdobrando-se (tensionando-se) para desempenhar uma multiplicidade de papéis políticos e ao mesmo tempo pressionado por um conjunto de reivindicações e interesses frequentemente contraditórios. (DREIFUSS e DULCE, 1983, p. 135)

Neste sentido, os militares encontravam-se num local, inseridos no campo do poder, que há muito eles mesmos questionavam as atitudes daqueles que outrora ocupavam o seu atual lugar. Este novo “local de fala” também provocou tensões e problemáticas quanto à maneira de administrar as demandas exigidas por outros grupos sociais.

A situação aqui apresentada também está inserida nas concepções morais dos militares. Num primeiro momento, esta categoria procurou implementar seu modelo de vida a partir de do modo com a categoria enxerga o mundo, impondo suas necessidades como instituição nas primeiras demandas a serem resolvidas no campo político e administrativo do Estado.

Uma das primeiras demonstrações de poder foi a tomada de postos estratégicos dos civis, tornando estes de ocupação estrita dos militares. Outra questão inserida neste processo foi a mudança de “quem pedia a quem” favores e postos na administração pública. Antes cabia aos civis liberar militares de suas atividades funcionais para servir em outras funções públicas. Agora, os militares eram os detentores deste poder, o que causou um novo pêndulo nas disputas pelo poder entre estas duas categorias.

É válido ressaltar que as demandas da elite muitas vezes iam ao encontro com as próprias concepções desempenhadas pelos militares. O que causou uma distinção entre os políticos. Um primeiro grupo continuou ao lado dos militares, mas dividindo com estes, e muitas vezes abaixo destes, na hierarquia estatal.

Já com outro grupo, os militares construíram uma “ruptura sócio-política representada pelo

"saneamento" da área política, pela marginalização dos líderes de porte nacional e pela fragmentação da estrutura partidária, resultando num vácuo político e administrativo preenchido por tecno-empresários e militares. (DREIFUSS e DULCE, 1983 p. 151)

Neste sentido, as Forças Armadas proporcionaram uma reformulação em seus posicionamentos, tornando suas ações mais coesas, ao também expulsar muitos dos militares descontentes com o novo modelo administrativo empregado. Assim, tornaram-se mais "articuladas, diferenciadas e interdependentes da sociedade civil" (DREIFUSS e DULCE, 1983 p. 151).

Contudo, um processo de aproximação das elites foi formulado, principalmente em se tratando de questões econômicas. Existiu nos anos posteriores uma aproximação entre os militares e as elites. Na verdade, muitos militares se tornaram agentes atuantes no campo industrial como no financeiro. Exemplo disto, como aponta Lemenhe (2008), é o caso dos Bezerra de Meneses no Ceará. Estas relações entre militares e empresários criaram um "complexo empresarial-militar, uma articulação de interesses da corporação militar e de uma vasta rede de empresários privados" (DREIFUSS E DULCE, 1983 p. 165).

O processo de abertura se deu, em grande medida, por além das demandas sociais, os milita-

res não conseguirem dar conta das várias atividades que acumularam durante os mais de vinte anos de governo. Esta situação propiciou uma reformulação das demandas, as quais versavam principalmente pela disposição de direitos cerceados pela população em geral.

Assim, as Forças Armadas privilegiaram grupos políticos que melhor coadunassem com a continuidade de seus interesses. Perpetrados nas ações voltadas à “identidade nacional” e à manutenção de um status da instituição inscrita no “corpo do país”.

5

A Nova República

Com a tramitação da passagem da ditadura para a chamada Nova República, houve, da parte dos militares, uma preocupação com um possível “revanchismo” dos civis para com esta categoria. Este contexto, contudo, se enquadrava em outra percepção existente entre os altos oficiais, que acreditavam “que a transição era necessária, e que a sucessão de governos militares deveria encerrar-se” (CASTRO, 2001 p. 15).

É válido destacar que esta dualidade causou nas fileiras das Forças Armadas uma problemática quanto ao posicionamento de seus membros, pois mesmo a instituição apregoando a necessidade de deixar o poder, nem todos os membros assim concordavam. Porém, Castro (2001) esclarece que estes acontecimentos surgiram como fatos isolados, não dificultando a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República.

Neves aparece no cenário político como um negociador e um conciliador entre os civis e os militares, o que despertou a confiança desta última categoria. Tal percepção foi intensificada com a posse de José Sarney, devido a uma doença que

pegaria de surpresa Tancredo Neves, impossibilitando este assumir a presidência. Sarney proporcionou aos militares uma elevada estima em seu período de governo, concedendo-lhes aumentos salariais e pondo-os como pilares essenciais na manutenção de seu governo. Além disso, o então presidente propiciou a alguns generais um local de importância na administração pública. Esta ação proporcionou a estes generais poder suficiente para intervir em ações consideradas como “perigosas” para o futuro da corporação militar, especialmente ao ver os exemplos de países vizinhos que empregaram duras retaliações aos governos ditatoriais que precederam ao movimento democrático na América Latina.

Mas as relações entre civis e militares não perderam seu caráter conflituoso. A primeira “batalha” a que os militares se dispuseram enfrentar após a redemocratização foi a elaboração da Constituinte de 1988, na qual, como aponta Castro (2001), estes saíram vitoriosos em quase todos os pontos a que pretendiam atingir, como:

A manutenção do serviço militar obrigatório, que interessava principalmente ao Exército, e a manutenção do controle da aviação civil, ponto de honra para a Aeronáutica. Entre os pontos importantes, havia também posições contrárias a mudanças no *status quo*: contra a criação, naquele momento, do Ministério da Defesa; con-

tra o fim da Justiça Militar; contra a ampliação do *habeas data* para a documentação dos serviços de informações. (CASTRO, 2001 p. 18).

Somado a isso, existiam dois pontos considerados pelos militares como essenciais. O primeiro é a manutenção de oficias e praças que “desrespeitaram a hierarquia e a disciplina” na reserva, mesmo que a estes fossem concedidas bonificações financeiras. A segunda, mais importante, seria a manutenção do *status* das “Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem, em caso de convulsões internas” (CASTRO, 2001 p. 19).

Mesmo conseguindo a aprovação parcial ou integral destes textos na constituição de 1988, aos militares este documento apresentou-se como mais uma resposta ao passado do que um olhar para o futuro, caracterizando, em certa medida, um revanchismo. Isto porque, como elucida Carvalho (2006), as principais mudanças que se sucederam tiveram um mote em comum de “tornar as intervenções inconstitucionais e dar legitimidade aos que a elas se opuserem, particularmente dentro das próprias Forças Armadas” (CARVALHO, 2006 p. 134)

Isto posto, perpetrou um sentimento consolidado a partir da campanha de 1990, na qual Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da República. Aos militares, Collor se caracterizava co-

mo figura excêntrica, que inspirava pouca confiança, contudo a ele foi dado um voto de confiança por seu adversário ser Luiz Inácio Lula da Silva, que disputava a presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em seu governo, Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informação (SNI), retirou o *status* de ministério de vários órgãos militares, além de vender apartamentos funcionais utilizados pelas Forças Armadas (CASTRO, 2001).

Outros acontecimentos causaram entre os militares uma “sensação” de afronta à honra da instituição. A primeira delas foi a detonação de uma base que supostamente era utilizada pelas Forças Armadas em atividades nucleares para fins militares, na qual houve uma grande cobertura da imprensa. Um segundo ponto, considerado mais complexo, foi que Collor não compareceu às comemorações da vitória militar sobre a Intentona Comunista, sendo o primeiro presidente desde 1935 a não prestigiar tal evento. Neste sentido, como aponta Castro (2001), os militares apontam que o governo de Fernando Collor foi “muito ruim” para as Forças Armadas, tendo “a sensação de que Collor tentava deliberadamente ‘espezinhar’ os militares, tratando-os não apenas com ‘um desprezo total’, mas, pior que isso, ‘com a intenção de machucar’” (CASTRO, 2001 p. 27).

Quanto ao movimento pelo *impeachment* do presidente Collor, os ministros militares atuaram:

contrariando uma histórica 'vocação messiânica', os militares se mantiveram em posição estritamente institucional, sem pronunciamentos ou ameaças de golpe ou intervenção a pretexto de 'salvar' quer o presidente, quer a nação. [...] limitaram-se a dizer que seu papel era o de respeitar a Constituição e o processo político legal. (CASTRO, 2001 p. 27).

Como analisa o autor, não é possível asseverar que os militares constituíram este contexto sozinhos. A conjuntura internacional, com o fim da guerra fria e uma nova configuração democrática no Mercosul, não abria muitas possibilidades para se intervir numa situação que poderia ser resolvida democraticamente. Além do que um golpe mal sucedido poderia resultar num resultado problemático para as Forças Armadas, que já se queixavam das atuais condições de trabalho.

Já com Itamar Franco as relações do Governo com os militares foram consideradas pelos chefes das Forças Armadas mais amenas. Atendeu às solicitações da categoria, como os aumentos dos vencimentos além de, pelos os militares, ser considerado um governante justo em suas ações.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, o que mais chamou a atenção foram dois pontos. O primeiro foi a criação do Ministério da Defesa, que em sua formulação sofreu problemáticas quanto ao entendimento dos militares na formali-

zação das competências desta nova pasta. Contudo, a sua fundação proporcionou uma nova perspectiva entre as relações entre civis e militares, apontando rumos distintos aos que já haviam sido percorridos.

Um segundo ponto seria a restituição das famílias que haviam perdido parentes em enfrentamentos com a ditadura. Em alguns casos, como do guerrilheiro Carlos Marighella e do ex-militar Carlos Lamarca, as falas que apontavam para o desrespeito cometido aos militares eram constantes. Contudo, os generais, mesmo com os “brios feridos”, procuraram afastar-se destas questões, afirmando que as restituições eram problemas políticos, não militares.

6 Paralisações da Polícia Militar após a redemocratização

Com as Forças Armadas aparentemente saindo de cena no jogo político, após a redemocratização, os militares não deixaram de atuar no contexto histórico brasileiro. Isto porque as demandas desta categoria foram realocadas por suas Forças Auxiliares, especificamente a Polícia Militar. Esta categoria realizou várias manifestações e paralisações, o que denotou um forte teor reivindicatório em suas demandas.

Para compreendermos as paralisações dos policiais militares ocorridas no Brasil nas últimas duas décadas, é necessário observar que estes movimentos não são pontuais, nem deslocados das questões que permeiam a Polícia Militar brasileira. Na realidade, eles representam os estopins das reclamações de praças que exigem por consideração e por reconhecimento por parte do Estado.

As referidas demandas foram inicialmente articuladas no ano de 1997, quando em Minas Gerais um movimento de graduados reivindicava um aumento salarial de 60%, dado há época apenas aos oficiais. Após as reivindicações em Minas, mais treze estados aderiram ao Ciclo de Protestos,

tento estes incorporado às pautas as condições de trabalho e agressões vivenciadas diariamente nos quartéis. No ano de 2012, outro Ciclo de Protestos foi articulado com praticamente as mesmas demandas, porém a conjuntura política apresentou uma situação diferenciada.

Para os policiais militares, ao se levar em consideração como os governos estaduais administraram os conflitos com os praças, tornou-se possível observar que estes asseguraram uma dominação imposta à tropa pela manutenção da hierarquia e da disciplina. A utilização dessa estratégia de poder esteve diretamente ligada ao desrespeito e à desconsideração do indivíduo como pessoa detentora de direitos. (SILVA NETO, 2013). A partir daí, as referidas agressões reverberaram como um insulto moral, ao provocar um sentimento compartilhado entre os policiais. (SILVA NETO e SÁ, 2014).

7

O ciclo de protestos de 1997

Foi num contexto histórico construído por ambiguidades entre militarismo e política, que me deparei efetivamente com a temática das paralisações das polícias militares no Brasil, e em seu caso específico no Ceará. Almeida (2010), ao debruçar-se sobre a temática, classificou como ciclo de protestos os movimentos paredistas da PM no ano de 1997. Sua conceituação se deu porque os referidos movimentos aderiram a pautas similares, que mesmo atingindo contextos sociais distintos, foram entrelaçados por suas demandas, construindo uma “unidade”.

No estado do Ceará, ano de 1997, vários policiais militares participaram de uma assembleia convocada pela Associação dos Cabos e Soldados, que tinha por objetivo questionar as condições de trabalho e salários impostos pelo governo. Há época, a direção da ACS era diretamente ligada à Casa Militar da PM do Ceará. Contudo, seu presidente se via rodeado de praças que reclamavam constantemente das condições de trabalho oferecidas pelo Estado, mas por outro lado, também nutria respeito aos vínculos construídos com a

direção da Polícia Militar. Tal situação lhe impôs problemas quanto à constituição de sua autonomia na direção da entidade.

Após uma caminhada que percorreu várias ruas da cidade de Fortaleza, os policiais paredistas entraram em confronto com a tropa de Choque. Com o conflito, muitas lideranças foram demitidas da instituição, como também perderam seus salários e benefícios. Tiveram de procurar outras profissões, não despontando como uma indivíduos capazes de levantar as queixas da corporação por meio de seus discursos e demandas.

8

A paralisação de 2011

Em 2011 foi possível sinalizar a reorganização de outro Ciclo de Protestos no Brasil, engendrado por um “profissionalismo sindical” ainda em construção na Polícia Militar. Tal afirmação é legitimada a partir de análises sobre as ações e discursos articulados pelas lideranças da categoria, ao observar que em muitos conflitos surgiram policiais militares que, pelo carisma e principalmente pela capacidade de articular em seus discursos as demandas da tropa, tornaram-se novos referenciais de respeito e de liderança.

No Nordeste, a exemplo do Ceará e da Bahia, alguns dos líderes dos movimentos paredistas conseguiram alcançar cargos parlamentares. Em outros estados, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, é notória a existência de representantes da classe que pautaram discussões ao Governo. Assim, a atuação política destes policiais sinalizou a construção de um sentimento de confiança compartilhado pela tropa, que antes não conseguia ser articulado adequadamente pelo Comando Geral da instituição.

Organizada pela Associação dos Profissio-

nais de Segurança Pública do Ceará – APROSPEC, em 2011 aconteceu à primeira manifestação dos policiais militares após quinze anos do movimento reivindicatório de 1997. Realizada no dia 19 de dezembro de 2011, a manifestação foi denominada de sábado vermelho, constituindo-se como um movimento que visou apresentar à condição de submissão e desrespeito dos policiais dentro da PM, além de se configurar como preparativo para a organização da Assembleia Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará, ocorrida no dia 29 de dezembro de 2011, no Ginásio Poliesportivo da Parangaba, na cidade de Fortaleza.

A Assembleia Geral da Polícia Militar caracterizou-se como um momento limiar na experiência profissional de vários operadores da segurança pública. Alguns com mais de vinte anos de corporação, participantes do movimento de 1997; outros, com poucos anos, apresentaram uma aparente unidade nas reivindicações da categoria.

Esta pretensa “unidade” foi construída a partir das ações e das expressões corpóreas produzidas coletivamente pelos policiais. Como exemplos, está o uso de blusas vermelhas, a cor característica do movimento; de capuzes, com o intuito de evitar uma possível identificação pelo Comando Geral da PM através de policiais que poderiam estar infiltrados; e, somado a isso, enquanto vários representantes da classe discursavam, foram emiti-

das palavras de ordem, gritos e uivos pelos demais policiais, apresentando um cenário de partilha de sentimentos entre os presentes ¹¹.

Estes sentimentos, até então encorajadores, após a deflagração da greve surgiram como incógnitas sobre um futuro incerto dos manifestantes da corporação. Foi necessário um intenso engajamento por parte das lideranças do movimento a fim de convencer aos paredistas sobre a necessidade do direito da categoria de se manifestar.

Nos vários dias da greve foi criado um grupo de trabalho que se dirigia diariamente para reuniões de negociação com o governo¹². Essas negocia-

¹¹ Mauss (1979) iluminou este cenário, ao lançar luzes sobre obrigatoriedade que os sentimentos compartilhados assumiram numa sociedade dita primitiva. Aqui defendemos que os sentimentos também puderam ser articulados em torno de problemáticas sociais que insurgem numa sociedade complexa, ao denotar um forte apelo emotivo compartilhado não espontaneamente. Um debate sobre o assunto pode ser visto em: Mauss, M. **Expressão obrigatória dos sentimentos**. In: R. Cardoso de Olivera (org) Mauss. São Paulo: Ática, pp.65-74.

¹² Simmel (1977) discute o que faz um grupo mudar suas características de centralização de poder durante os tempos de paz e os tempos de guerra. Sublinhando os problemas enfrentados entre os alfaiates londrinos e seus patrões, aponta que nos momentos de maior intensidade do conflito os trabalhadores, que outrora se reuniam em assembleias dispersas, passaram a construir uma unidade de grupo

ções, por vezes, resvalaram em impasses para a administração do conflito. Vários oficiais foram ao local do evento com o objetivo de compreender como aquela manifestação se configurava. No entanto, foi relatado em vários depoimentos o quanto os praças desconsideravam a autoridade dos oficiais. Um jovem soldado, em uma entrevista concedida a mim, afirmou que no período da paralisação, quando encontrava com um oficial no quartel “era o mesmo que não existir, quando eles passavam ninguém batia continência.” (Entrevista concedida no dia 9 de janeiro de 2013).

Esta situação propiciou no local da greve um ‘aparente’ estado de anomia¹³, em que as leis e as ordens provenientes de superiores passaram a ser descumpridas ou questionadas com maior intensidade. Para além disso, a representação simbólica de respeito e submissão dos praças ao oficialato –

capaz de enfrentar seus superiores. Cada pequeno albergue passou a indicar um representante, que formavam um comitê, cujo objetivo era eleger outro grupo ainda menor, capaz de tomar as decisões a serem seguidas por todos. Simmel explica que esta união de grupo se dá, pois quando em ‘guerra’, é necessário que um grupo mantenha uma união a partir do ‘despotismo’.

¹³ Na realidade, o que foi possível observar foi o surgimento de uma nova ordem, com novas lideranças, alicerçadas em outras formas de dominação, especialmente a carismática.

no caso específico da continência – foram suspensas. O que poderia indicar que as regras do jogo não estavam postas somente pelos princípios morais militares.

O último dia de paralisação se configurou como o estopim da desconsideração da tropa da Polícia Militar sobre os oficiais, tendo os policiais militares ameaçado de parar todas as suas atividades. Os líderes grevistas procuraram não se isolar do contexto social. Na realidade, estes buscaram apoio de outras lideranças para constituir um capital social suficientemente significativo com o intuito de conseguirem manter uma força de negociação nas relações de conflito entre governo do estado e policiais. Tais tentativas foram propostas a líderes religiosos, a empresários e a outros representantes civis que possuíam influência direta no campo do poder. Algumas destas investidas políticas podem ser exemplificadas pelas reuniões com empresários representantes do setor do comércio do Centro de Fortaleza, que reclamavam a perda dos lucros no referido período, tendo em vista que seus comércios foram fechados devido a sensação de insegurança perpetrada nos dias de paralisação.

Por fim, após uma última reunião, o Governo do Estado aceitou os pontos solicitados pelos policiais, e juntos determinaram prazos para o cumprimento destes. Assim, na madrugada do dia 03

de janeiro de 2012, anunciou-se o fim da paralisação de seis dias da Polícia Militar do Ceará.

9 Apontamentos finais sobre Intervenções, Militarismo e Política

É possível notar que na história das Forças Armadas brasileiras se apresentaram dois discursos. O primeiro é que, quando “fora do poder”, os militares produziam queixas quanto a suas insatisfações de não reconhecimento de seu papel social. Neste sentido, é nítido que as reclamações políticas e ideológicas dos militares versam sobre a busca por consideração e por reconhecimento da condição de pessoa e de direitos que a eles são negligenciados pelo governo a que estão subordinados – discurso este elaborado quando não estão diretamente à frente das decisões. O outro discurso está diretamente ligado à apropriação e utilização dos valores e da moral militar, que deveriam ser compartilhados socialmente, por levar em consideração que os princípios militares engrandecem o país e a aqueles que o seguem.

Deste modo, os militares criaram diversas estratégias para conciliar as suas demandas com o contexto político e social vigente. Instituído práticas políticas que não só representassem aquilo que achavam corretas, como também propiciaram novos olhares sobre o papel da instituição na his-

tória brasileira e cearense.

Referências

- ALMEIDA, Juniely. Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. São Paulo - SP. Banco de teses da USP, 2010.
- BARREIRA, César. **Em nome da lei e da ordem**: a propósito da política de segurança pública. São Paulo Perspec. vol. 18 no. 1 São Paulo Jan./Mar. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz - 15ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL. Constituição de 1988, 1988. (online)
_____. Constituição de 1967, 1967. (online)
- CARVALHO, Rejane. **Campanha eleitoral e representações morais**: o embate Moroni-Luizianne na campanha pela prefeitura de Fortaleza em 2004 (online), 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CASTRO, Celso. **A invenção do exercito**. Rio de Janeiro: Zarah Ed, 2002.
_____. (org.) **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro, RJ : Editora FGV, 2001.

- CARLONI, Karla G.. **Forças Armadas e Democracia no Brasil**: o 11 de novembro de 1955. 1a. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2012. v. 1. 176p
- _____. **Ritual de interação**: Ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FREDERIC, Sabina. 37., 2013, Águas de Lindóia. **?Militares, asalariados o trabajadores?**: El valor de lo justo y del bienestar en las envaluaciones morales sobre un . Águas de Lindóia: Anpocs, 2013. 22 p. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=667%3Aanais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=1135%3A37o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=429 Acesso em: 27 set. 2013.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MAUSS, Marcel. **A Expressão Obrigatória de Sentimentos**. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. Organizador Roberto Cardoso de Oliveira. Tradução: Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldi Medeiros e Ivonne Toscano. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. **Existe Violência sem Agressão Moral?**

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 76, p. 136-146, jun. 2008.

PADILHA, José. **Tropa de Elite**. Universal Pictures. Rio de Janeiro, 2007. (filme).

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (Estado). Código de Disciplina nº 1, de 11 de janeiro de 2006. **Estatuto dos Policiais Militares do Ceará**. Fortaleza, CE, 28 jan. 2006. p. 1-117. Disponível em: <<http://intranet.pm.ce.gov.br/menu-esquerdo/diretrizes/estatuto2012.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SÁ, Leonardo. **Os Filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ. 2002. (Coleção Antropologia Política: 15)

SCHULZ, John. **O Exército na política**. São Paulo - SP. EdUSP, 1994.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo-SP: Martin Clarent. 2009.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. Vols. I e II.

Sobre o autor

Antonio Sabino da Silva Neto

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor Assistente II de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá. Exerce as funções de Presidente do Conselho Editorial e de Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá. Líder do Núcleo de Estudos em Política e Conflitos Sociais - NUPOCS/UNIFAP/CNPq e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência - LEV/UFC. Possui experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia, com ênfase em Antropologia da Política e Sociologia do Conflito. Seus principais interesses de pesquisa são: militares, eleições, garimpagem e suas formas de experiência social com campo de pesquisa no Ceará e na fronteira franco-brasileira.